

SÃO PAULO, XANGAI: CONVERGÊNCIAS, CHOQUES E PERSPECTIVAS DA PARADIPLOMACIA NAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa¹
Gilberto M. A. Rodrigues²

SINOPSE

Valendo-se de uma estrutura paradiplomática desenvolvida ao longo dos anos 1990 e 2000, o estado de São Paulo (ESP) passou a incrementar suas relações com a China, em convergência com o adensamento das relações sino-brasileiras em nível subnacional. Entretanto, durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), o ESP entrou em choque com o governo federal, incluindo as suas relações paradiplomáticas, que se desenvolveram em conflito com a política externa brasileira (PEB) de Bolsonaro e se exacerbaram com a pandemia da covid-19, levando o ESP a realizar ações paradiplomáticas não apenas comerciais, mas sanitárias e políticas. Com o fim da pandemia e as eleições de 2022, o ESP passou a ser governado em 2023 por um político do campo bolsonarista. O artigo tem como objetivo investigar as convergências, choques e perspectivas da paradiplomacia de São Paulo com a China, maior parceiro comercial do país e sócio estratégico em várias áreas, visando compreender como as relações internacionais de São Paulo têm se pautado na chave cooperação-conflito com a União, tendo a China como foco.

Palavras-chave: paradiplomacia; estado de São Paulo; China; Brasil; covid-19.

ABSTRACT

Based on a paradiplomatic structure developed throughout the 1990s and 2000s, the São Paulo state (SPS) began to increase its relations with China, in convergence with the strengthening of Sino-Brazilian relations at the subnational level. However, with the Bolsonaro administration (2019-2022), the SPS clashed with the federal government, including its paradiplomatic relations, which developed in conflict with Bolsonaro's Brazilian Foreign Policy and exacerbated with the covid-19 pandemic, leading the SPS to carry out paradiplomatic actions not only in the commercial area, but also in the sanitary and political ones, in opposition to the federal government. With the end of the pandemic, and the 2022 elections, the SPS is currently governed by a politician from the bolsonarist side. The article aims to investigate the convergences, clashes and perspectives of São Paulo state's paradiplomacy with China, the country's largest trading partner and strategic partner in several areas, in order to understand how São Paulo state's international relations have been based on the cooperation/conflict key with the Union, with China as its focus.

Keywords: paradiplomacy; state of São Paulo; China; Brazil; covid-19.

JEL: F59; H77; H79.

Artigo recebido em 31/7/2023 e aprovado em 29/9/2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi37art3>

1. Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (PPG-PRI/UFABC); e membra do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb). *E-mail:* ana.tereza@ufabc.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7580-4797>.

2. Professor associado na área de relações internacionais da UFABC; membro do Opeb; e pesquisador produtividade nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* gilberto.rodrigues@ufabc.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5150-5146>.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas e os estudos sobre a paradiplomacia no Brasil se intensificaram a partir da década de 2000, acompanhando o aumento das atividades internacionais de estados e municípios (Rodrigues, 2008). Contudo, como sinalizaram Tavares (2014) e Medeiros (2010), o estado de São Paulo (ESP) não foi um dos atores que tiveram centralidade nesse processo, apesar de contar com iniciativas internacionais. Fosse pelo fato de o estado se sentir amparado pela diplomacia federal (Medeiros, 2010) ou por dificuldades de continuidade na implementação de uma diplomacia subnacional, “as primeiras experiências internacionais do governo de São Paulo não foram originais” (Tavares, 2014, p. 22).

Tal fato começou a mudar a partir de 2011, quando o estado se tornou o primeiro da Federação a formular um Plano de Relações Internacionais, que foi instituído pelo Decreto nº 57.932, de 2 de abril de 2012. Novamente, a partir de 2019 o estado atraiu a atenção para suas atividades paradiplomáticas ao exibir um comportamento externo proativo. Um dos destaques foi a relação com a China, que resultou na abertura de um escritório da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP) em Xangai, e no acordo entre o Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac para a produção da vacina CoronaVac contra a covid-19.

Diante da crescente atividade internacional, o interesse em compreender a paradiplomacia paulista também aumentou. Trabalhos como o de Aguiar (2021) e Sousa e Rodrigues (2021), analisando as ações internacionais do estado em períodos específicos – respectivamente, de 2011 a 2016 e de 2019 a 2021 –, chamaram a atenção para o fato de que nem sempre a paradiplomacia desempenhada pelo estado esteve em convergência com a União. Tal interpretação contradiz o comumente afirmado pela literatura sobre o caso brasileiro, para o qual pontua-se ter havido convergência e complementaridade entre a ação dos governos subnacionais e da União (Vigevani, 2006; Rodrigues, 2008).

Neste trabalho, tendo como base a análise da paradiplomacia do ESP voltada para a China, tratamos de avançar na compreensão dessa questão. Ao tomar um período mais alongado para avaliação das relações externas paulistas com a China (os últimos 23 anos), argumentamos: i) que a paradiplomacia de São Paulo tem sido voltada para questões econômicas visando oportunidades de desenvolvimento para o estado; e ii) que os choques com o governo federal se deram apenas no contexto específico de uma gestão (do ex-presidente Jair Bolsonaro) que subverteu posicionamentos tradicionais da diplomacia brasileira. Dizer que o conflito entre estado federado e União não tem sido a tônica das relações, contudo, não implica em deixar de reconhecer que, desde o início da década de 2010, o estado tem visado o desenvolvimento de relações externas mais autônomas com relação à União.

No cenário atual, no qual o governo do ESP passou a ser do campo bolsonarista, com gestão de Tarcísio de Freitas (Partido Republicanos), e o governo federal voltou para o Partido dos Trabalhadores (PT), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a discussão proposta neste trabalho ganha ainda mais relevância. Estudos preliminares sobre a política externa brasileira (PEB) em vigor no novo governo Lula têm assinalado para a retomada de aspectos tradicionais da atuação internacional do Brasil, como o universalismo, multilateralismo, pacifismo, a atribuição de importância às relações com a América Latina e o pragmatismo (Lima, 2023). Assim, um eventual conflito do governo de Tarcísio com a PEB significaria não apenas ir contra a União – governada pelo PT –, mas assumir uma postura na qual o estado se colocaria contrário aos parâmetros de política externa que tem defendido ao longo das últimas décadas.

Este artigo analisa a paradiplomacia do ESP com a China em três chaves: i) convergência com a União; ii) choque com a União; e iii) perspectivas a partir de 2023. Para tanto, como método, realizamos revisão bibliográfica e levantamento de dados primários. Na segunda seção, o artigo recapitula brevemente o histórico das relações Brasil-China e aponta o lugar do ESP nessas relações. Na terceira, destacamos a paradiplomacia do ESP voltada à China, considerando tanto aspectos convergentes como divergentes em relação à política do governo federal. Na quarta, apresentamos as perspectivas da paradiplomacia do ESP com a China. Por fim, apontamos as considerações finais.

2 RELAÇÕES BRASIL-CHINA E O LUGAR DO ESP

Brasil e China restabeleceram oficialmente suas relações diplomáticas em 1974. Antes disso, a desintegração do império chinês a partir da segunda metade do século XIX, os conflitos pelos quais a China passou até meados do século XX e a revolução comunista chinesa de 1949 – que colocou Brasil e China em lados distintos da Guerra Fria – atrasaram o desenvolvimento das relações. Uma tentativa de aproximação no início dos anos de 1960, no âmbito da política externa independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, foi frustrada com o golpe militar de 1964. Apenas diante da adoção de um maior pragmatismo e universalismo na política externa, com o governo de Ernesto Geisel, na década de 1970, foi possível a retomada das relações oficiais (Sousa, 2016).

Em 1979 foi celebrado o primeiro acordo comercial entre os dois países e durante a década de 1980 uma série de tratativas bilaterais deram base para a estruturação das relações, com destaque para a área da ciência e tecnologia. Entretanto, foi na década de 1990 que as relações entre os países se intensificaram (Oliveira, 2012). A contínua ascensão econômica da China, que criou a necessidade de o país expandir suas fontes de importações – sobretudo de *commodities*, produtos energéticos e matérias-primas –, e seus mercados de exportação para produtos industrializados, especialmente, contribuiu para o adensamento das relações. O Brasil possuía excedente em vários produtos de que a China necessitava, com destaque para a soja e o minério de ferro, ao passo que a competitividade chinesa no setor industrial possibilitou o aumento das exportações para o Brasil (Biato, 2010).

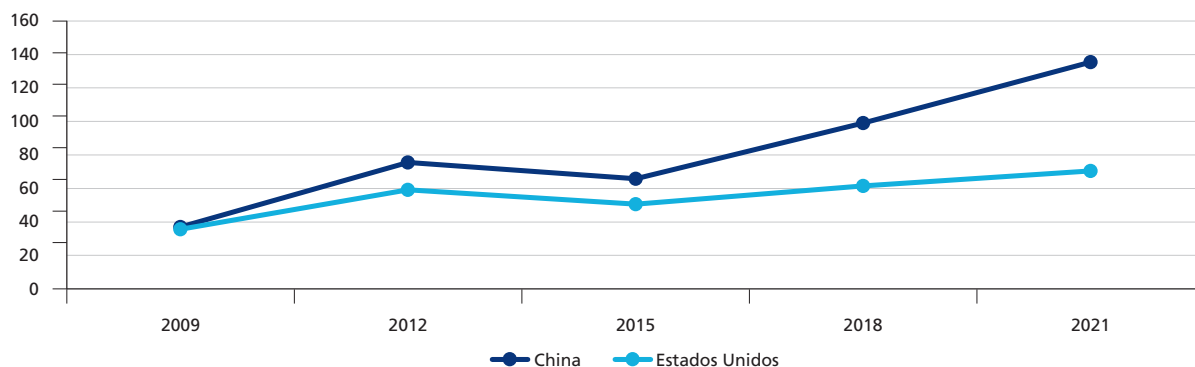
Outro elemento importante de aproximação foi a percepção mútua dos países de que podiam ter um papel estratégico um para o outro. O Brasil foi o primeiro país do mundo com o qual a China celebrou uma parceria estratégica, em 1993, voltada a adensar as relações não só no âmbito econômico, como também no político e científico-tecnológico (Oliveira, 2012). Na década de 2000, houve um aprofundamento adicional. Na gestão de Lula (2003-2010), o Brasil desenvolveu com a China mecanismos institucionais para as relações – em destaque a criação, em 2004, da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). Ainda, aumentou a cooperação voltada à atuação no cenário global, com a formação do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), e, também, com a participação conjunta em negociações, a exemplo do grupo Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) para temas ambientais (Sousa, 2016).

O aprofundamento das relações políticas foi alimentado pela própria centralidade que as relações econômicas com a China passaram a ter para o Brasil. Diante de um quadro, na década de 2000, marcado pelo *boom* das *commodities* e, posteriormente, pela retração econômica, em especial nos países centrais, provocada pela crise de 2008, a China avançou para se tornar a maior parceria comercial do Brasil e o seu maior saldo da balança comercial a partir de 2009, tendo aumentado de forma significativa a distância para o segundo maior parceiro brasileiro (Estados Unidos), desde então, conforme o gráfico 1.

GRÁFICO 1

Corrente de comércio do Brasil com China e Estados Unidos

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Brasil (2023).

No início da década de 2010, a parceria estratégica entre os países se aprofundou com a criação da Parceria Estratégica Global e do Diálogo Estratégico Global, em 2012, voltados a articular a posição dos países em temas globais. No BRICS, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) representou vínculos adicionais. Paralelamente, não só as relações comerciais continuaram a se aprofundar, como os investimentos chineses começaram a chegar mais intensamente ao país (Schutte, 2020). O estudo de Tulio Cariello pontuou que, na América Latina, o Brasil é o país que mais recebeu investimentos diretos chineses. “Entre 2007 e 2021, empresas chinesas anunciaram 270 projetos no Brasil com potencial de investimentos que chegaram a US\$ 116,5 bilhões. Desse total, 202 projetos foram efetivados, somando estoque de US\$ 70,3 bilhões” (Cariello, 2022, p. 29). Adicionalmente, entre 2005 e 2022, o Brasil foi o segundo país da região (atrás apenas da Venezuela) na recepção de financiamento chinês, tendo obtido cerca de US\$ 31 bilhões para projetos em setores diversos, com destaque para a área de energia.³

A centralidade econômica que a China passou a ter para o Brasil não foi desacompanhada de efeitos distributivos desiguais aos setores internos. Enquanto o agronegócio e segmentos atrelados às áreas de energia, minério e petróleo despontaram como principais beneficiados pelas relações econômicas, o setor industrial – que passou a ter a concorrência de produtos chineses, tanto no mercado interno como nos mercados externos –, frequentemente atribuiu, em parte, à China a culpa pela desindustrialização precoce do país e pela (re)primarização da pauta exportadora (Sousa *et al.*, 2021). Destaca-se que o comércio bilateral sino-brasileiro tem sido caracterizado por um padrão norte-sul, no qual o Brasil vende bens básicos, em destaque soja, minério de ferro e petróleo, e compra produtos manufaturados diversos, o que tem ensejado críticas do setor industrial nacional.

Apesar disso, até o fim da gestão Temer (2016-2018), o entendimento – tanto para beneficiados como para prejudicados pelas relações econômicas com a China – foi de que era necessário manter a aproximação política entre os países e aprofundar a cooperação, até como elemento que poderia ajudar a resolver as assimetrias bilaterais (Santoro, 2020).

Essa percepção, contudo, mudou durante o governo Jair Bolsonaro. Na sua gestão, diante do alinhamento (em especial nos dois primeiros anos) com os Estados Unidos – que estavam colocando em prática uma guerra comercial e tecnológica contra a China, e pressionando outros países a ajudá-los

3. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list.

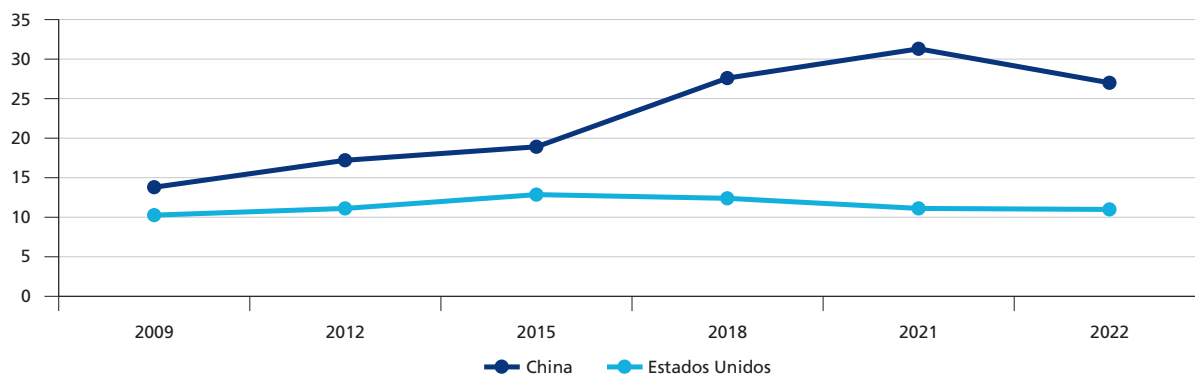
na estratégia de contenção aos chineses –, Bolsonaro atuou para tentar deslocar a China do papel de importância que tinha para o Brasil (Sousa *et al.*, 2021). Ainda candidato, Bolsonaro visitou Taiwan, acompanhado de seus filhos, o que irritou a China, que considerou a viagem um desrespeito à política de “uma só China”. Além disso, o país foi acusado de estar “comprando o Brasil”, em uma referência negativa aos investimentos chineses no país (Sousa *et al.*, 2021).

Em termos concretos, a recusa inicial do governo Bolsonaro de adquirir imunizantes chineses (Sousa e Rodrigues, 2021),⁴ bem como as ameaças veladas de que iria banir a atuação de empresas de tecnologia da informação chinesas das redes de internet nacionais (Sousa *et al.*, 2021), exemplificaram a tentativa, ainda que frustrada, de uma política de afastamento do Brasil com a China. Como afirmaram Sousa *et al.* (2021), grupos exportadores, em especial do setor do agronegócio e empresas envolvidas nas relações bilaterais, bem como o legislativo ligado aos interesses desses setores e alguns representantes do próprio governo Bolsonaro – em destaque o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Vice-Presidência da República – atuaram para inviabilizar a política de afastamento e obtiveram sucesso relativo. Conforme mostra o gráfico 2, durante a gestão Bolsonaro, a China manteve-se como primeiro destino das exportações brasileiras, tendo alcançado seu pico em 2021. Em termos de investimentos, no mesmo ano, o Brasil se tornou o maior destino dos investimentos chineses no mundo (Cariello, 2022).

GRÁFICO 2

Participação de China e Estados Unidos nas exportações totais do Brasil

(Em %)



Fonte: Brasil (2023).

As dificuldades de Bolsonaro colocar a China em segundo plano nas relações externas brasileiras evidenciaram a importância que o país adquiriu para o Brasil, sendo capaz de mobilizar grupos políticos e econômicos internos voltados à defesa das relações (Sousa, 2022). Entre os atores que pautaram a aproximação com a China e contribuíram para impulsionar a cooperação sino-brasileira, além dos mencionados, destacaram-se os governos subnacionais. No cenário do crescente envolvimento bilateral entre os países nas últimas décadas, de um lado, e de intensificação das atividades paradiplomáticas de entidades subnacionais brasileiras, de outro, os estados da Federação passaram a buscar diretamente relações com atores chineses (Sousa e Rodrigues, 2021).

4. Como apontado por Sousa e Rodrigues (2021, p. 58), “várias declarações do presidente demonstraram que parte dos problemas que o governo federal criou com a CoronaVac se deveu ao fato de ela ter origem chinesa”. Bolsonaro apelidou a vacina de Vachina e externou por inúmeras vezes visões negativas sobre a capacidade de o imunizante funcionar. Em novembro de 2020, chegou a afirmar: “Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Doria queria obrigar todos os paulistanos a tomarem” (Bolsonaro *apud* Teixeira, 2020).

Destaca-se que, na China, as atividades internacionais de províncias têm sido incentivadas desde o início das reformas econômicas, no fim da década de 1970. O processo de descentralização de tarefas em direção aos governos locais e a internacionalização da economia levou, em especial, as províncias costeiras a intensificarem o seu engajamento em busca de oportunidades para o desenvolvimento econômico, visando a atração de investimentos e o aumento de exportações (Chen, 2005). Institucionalmente, cada província desenvolveu um Escritório Provincial de Assuntos Estrangeiros (EPAE) e um Comitê Provincial de Comércio Exterior e de Cooperação Econômica (CCECE) para auxiliar as atividades de internacionalização e prover “suporte técnico e profissional aos demais órgãos da administração pública em seus contatos internacionais” (Silva, 2010, p. 94).

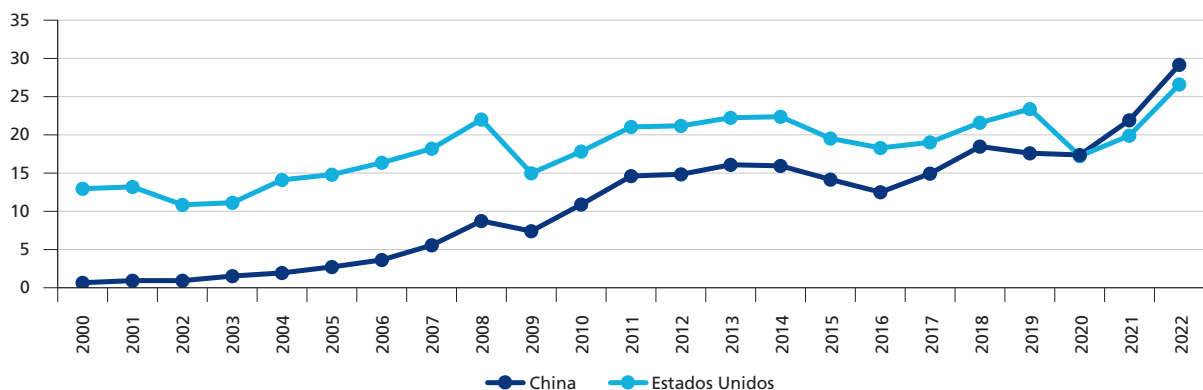
Com a ascensão econômica do país, que se tornou a segunda maior economia do mundo em 2010, tanto a capacidade dos governos subnacionais chineses para atuarem internacionalmente como a atratividade da China para atores estrangeiros aumentaram (Silva, 2010). O país despontou como importante fonte de investimento direto externo e financiamentos para o mundo. Como destacaram Myers e Gallagher (2018), no que concerne à América Latina, os bancos chineses suplantaram, entre 2005 e 2017, outros bancos, incluindo o Banco Mundial, como maiores provedores de recursos para a região. A atuação econômica desses bancos, acompanhada de um discurso de cooperação ganha-ganha e desprovida de condicionalidades que exigissem reformas econômicas internas ou mudanças políticas nos países, foi outro elemento que a tornou mais atrativa.

No caso do ESP, o interesse em desenvolver relações externas com atores chineses acompanhou a própria evolução da importância da China para o Brasil, cujo reflexo também esteve nas relações sino-paulistas. O estado é o local no qual, atualmente, “residem cerca de 200 mil chineses, 90% da comunidade chinesa no Brasil” e, ainda, que abriga “a maior parte das duzentas empresas chinesas instaladas no país” (Doria, 2019). Desde 2020, a China é a maior parceira comercial do estado, considerando o tamanho da corrente de comércio, conforme o gráfico 3.

GRÁFICO 3

Corrente de comércio do ESP com China e Estados Unidos

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Brasil (2023).

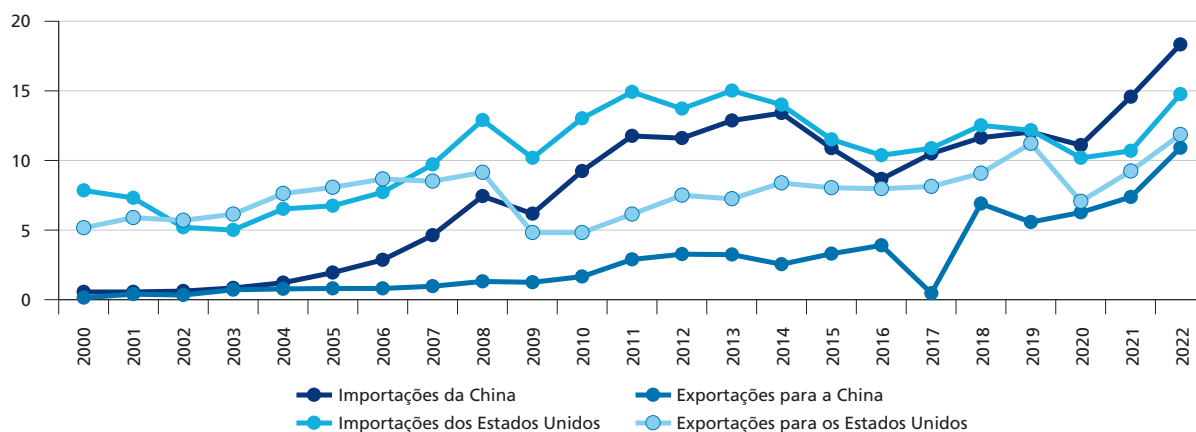
Especificamente, o que permitiu a China ultrapassar os Estados Unidos como principal parceiro comercial paulista foi o aumento das importações de produtos chineses no estado. Conforme o gráfico 4, a China se tornou em 2020 a principal origem de importações. Da mesma forma, apesar

de ainda permanecer em segundo lugar como destino para as exportações paulistas, aproximou-se dos Estados Unidos como mercado para as vendas do estado.

GRÁFICO 4

Comércio do ESP com China e Estados Unidos

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Brasil (2023).

Quando considerado o panorama geral das relações comerciais externas de São Paulo, na última década, as trocas com a China fizeram diferença. Segundo dados de Panzini (2023, p. 20), entre 2012 e 2021, tendo como referência o crescimento anual médio das exportações do estado para o mundo, houve uma redução de 0,9%. Contudo, com a China, no mesmo período, o crescimento médio das exportações foi de 9,5%. Ainda que as exportações paulistas para o país tenham perdido em diversidade na última década – em 2012, 56 produtos representavam, ao menos, 0,1% da pauta exportadora do estado para a China, enquanto em 2021 o número de produtos com essa margem diminuiu para 41 –, São Paulo é um dos estados que apresentam as maiores “oportunidades para manter, ampliar ou iniciar exportações para a China”, segundo a pesquisa realizada por Panzini (2023, p. 51) para o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

Em termos de investimentos, entre 2007 e 2020, o estudo de Cariello (2021) revela que o ESP despontou como o principal beneficiário no país, recebendo cerca de 31% dos projetos confirmados no período. Pinto (2023), por sua vez, indica que cerca de US\$ 29 bilhões foram investidos por chineses no estado nas últimas duas décadas, abarcando setores diversos, como energia, finanças, construção, indústria e transporte. Destaca-se, por exemplo, “os catorze trens da linha 17 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que estão sendo construídos pela BYD Company Limited, de Shenzhen, pelo valor de US\$ 185 milhões” (Pinto, 2023, p. 12) e, ainda, “o Metrô da Linha 2, que está sendo construído pela Power Construction Corporation of China (PowerChina), de Pequim, pelo valor de US\$ 1,4 bilhão” (*idem, ibidem*). Diante do aumento da importância econômica da China para o ESP, uma diplomacia subnacional voltada ao país, tanto para a busca de oportunidades econômicas como visando explorar áreas mais amplas de cooperação, desenvolveu-se, conforme analisamos a seguir.

3 SÃO PAULO, XANGAI: A PARADIPLOMACIA DO ESP COM A CHINA

3.1 Convergências do ESP com a União

O primeiro órgão específico de relações internacionais do ESP foi criado em 1991, a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, durante o governo de Luiz Antônio Fleury Filho. Em 1996, houve uma descontinuidade administrativa, com a extinção dessa assessoria, no governo de Mário Covas. Quase dez anos depois, em 2005, no governo de Geraldo Alckmin, foi estabelecida a Unidade de Apoio ao Assessoramento em Assuntos Internacionais, vinculada à Casa Civil.

Além da assessoria internacional, que atua como elo de coordenação paradiplomática, outros órgãos do estado atuam diretamente nas relações internacionais, como a InvestSP, criada em 2008, focada em economia e negócios. Além disso, diversos órgãos autônomos do estado, como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Instituto Butantan, realizam ações e participam de projetos de cooperação internacional, com perfil paradiplomático.

A estrutura paradiplomática principal do ESP se manteve desta forma até 2019, quando foi criada a Secretaria Especial de Relações Internacionais no governo de João Doria Junior (São Paulo, 2019), mantendo-se a InvestSP como braço da promoção econômica do ESP.

Nesse quadro, a relação direta do ESP com a China tem seu ponto de alavancagem no período de crescimento da relação bilateral Brasil-China, analisado na seção anterior. Em documento sobre as relações de São Paulo com a China, elaborado pela Secretaria de Relações Internacionais do estado e atualizado até março de 2023 (São Paulo, 2023), a cronologia das relações se inicia em 2004, durante o governo de Geraldo Alckmin.

Foi durante o período de 2004 a 2018 – quando se observa o progressivo adensamento da paradiplomacia do ESP com a China – que a convergência entre as relações internacionais de São Paulo e o governo federal alcançou seus pontos mais culminantes. Dois fatores principais evidenciam essa convergência: a participação do governo do ESP em missões internacionais do governo federal à China; e o lançamento do “São Paulo no Mundo”, o Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do ESP.

Em ambos os casos, as ações paradiplomáticas se deram em plena convergência com o governo federal e o Ministério das Relações Exteriores. Vale sublinhar que o Plano de Relações Internacionais 2011-2014 se alinha com a diplomacia do país, indicando seu propósito cooperativo e convergente com as relações exteriores do Brasil. Um fato simbólico dessa convergência se deu no ato de lançamento do “São Paulo no Mundo”, no Palácio dos Bandeirantes, que contou com a presença do então Ministro das Relações Exteriores do governo de Dilma Rousseff, embaixador Antonio Patriota.

Essa convergência da paradiplomacia de São Paulo com o governo federal, em geral, e, particularmente, em suas relações com a China, se mantém até o início de 2019, quando se principiam os choques do ESP com a União.

3.2 Choques do ESP com a União

O período de choques da paradiplomacia do ESP com o governo federal começa com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). De janeiro de 2019 a março de 2020, os embates se deram, principalmente, em relação à política ambiental, tendo em conta as posições negacionistas da ciência e da mudança climática de Bolsonaro e de alguns de seus ministros. Isso pôs em xeque a PEB e a posição do Brasil como *player* das negociações globais sobre o clima e afetou diretamente os interesses de estados e municípios engajados em agendas globais relacionadas ao Acordo de Paris (2015) e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), vinculados à Agenda 2030 (Berringer, Maringoni e Shutte, 2021). Nesse cenário, em 2019, Bolsonaro atacou a gestão do Fundo Amazônia e estabeleceu um conflito diplomático com os governos da Alemanha e da Noruega, contribuintes estrangeiros do fundo (Couto, 2020).

O então ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2019-2021), constantemente destacou as diferenças de identidade entre Brasil e China em discursos, e fez críticas às relações comerciais e à aposta do Brasil no BRICS.⁵ Ao longo de 2020, em meio a discussões de Twitter com o então embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, Araújo chegou a solicitar a Pequim por duas vezes a retirada do diplomata do Brasil, inaugurando-se um contexto de animosidade inédito nas relações bilaterais (Sousa, 2022; Wiziack e Coletta, 2021).

Nesse período, os choques entre governos subnacionais alinhados em certa medida com a ciência e com os compromissos ambientais envolveram a maioria dos estados federados e de diversos municípios, incluindo alguns que haviam sido apoiados por Bolsonaro ou que o tinham apoiado – como foi o caso do governador João Doria Junior no ESP (Abrucio *et al.*, 2020).

Entre abril de 2020 e dezembro de 2022, o ESP assume o protagonismo em opor-se politicamente e tecnicamente ao governo Bolsonaro, o que passou a incluir a paradiplomacia ambiental e sanitária.

Em pleno conflito retórico entre parte do governo de Bolsonaro e as autoridades chinesas, ainda em período anterior à pandemia de covid-19, em agosto de 2019, o governo do ESP promoveu uma missão à China, detalhada pela InvestSP:

a maior comitiva multissetorial de empresários já enviada à China pelo Brasil realizou viagem de dez dias ao maior parceiro comercial do país. O grupo foi formado pelo governador João Doria, cinco secretários de Estado (Fazenda e Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Abastecimento, Transportes Metropolitanos e Relações Internacionais) e representantes de 31 empresas. A missão foi liderada e organizada pela InvestSP. Durante a missão, foi realizada a inauguração do escritório de promoção comercial da InvestSP, instalado em Xangai (São Paulo, 2020, p. 7-8).

A InvestSP tornou-se o braço paradiplomático do governo do ESP, com foco em negócios e promoção comercial. Por meio dela, o governo do ESP passou a contar com um escritório de representação em Xangai, o epicentro econômico da China. A abertura do escritório da agência na metrópole chinesa teve como objetivo “fortalecer a relação comercial entre os dois países por meio da facilitação das exportações, identificação de oportunidades de investimentos e o intercâmbio nas áreas de inovação, tecnologia e educação” (São Paulo, 2020, p. 18).

5. Adicionalmente, como apontado por Ana Tereza Sousa e Gilberto Rodrigues, Araújo chegou a pontuar em seus discursos que “Brasil e China possuíam identidades contrapostas, sugerindo que aprofundar as relações com ela seria ‘vender nossa alma’, e que mesmo as relações comerciais bilaterais deveriam ser vistas de forma crítica, pois a ascensão da China a maior parceria do Brasil estaria associada a ‘um período de estagnação do Brasil’ e a ‘um ciclo do Brasil com parceiros errados’” (Sousa e Rodrigues, 2021, p. 46). Ainda, em aula magna ministrada aos novos diplomatas do Instituto Rio Branco, Araújo afirmou que a aposta no mundo pós-americano, referindo-se ao BRICS, também era errônea. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Qt1kCY7D0M>.

Tal abertura foi anunciada pelo governador João Doria Junior em 2 de abril de 2019. Tendo seu custo totalmente coberto pelo governo chinês, o escritório do InvestSP foi inaugurado em 9 de agosto de 2019 e foi o primeiro escritório da agência estabelecido pelo ESP fora do Brasil (São Paulo, 2023).

Após a decretação da emergência sanitária pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pela pandemia de covid-19, em fevereiro de 2020, um novo cenário de choques federativos teve início no país.⁶ Com os recorrentes discursos antissanitários de Bolsonaro e sua recusa em exercer a coordenação nacional para implementar os protocolos sanitários da OMS e da OPAS, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado e decidiu pelo reconhecimento da plena autonomia de estados e municípios para coordenarem a implementação das medidas sanitárias, à luz da omissão do governo federal, podendo, de tal forma, agir à sua revelia. Essa decisão, tomada em abril de 2020, torna-se crucial para revestir de plena legalidade as ações de estados e municípios em nível local, nacional e internacional no campo sanitário (Rodrigues *et al.*, 2021).

Nesse cenário, o escritório da InvestSP em Xangai, além de “atividades direcionadas à iniciativa privada, em projetos de internacionalização de empresas brasileiras na China, e a entes públicos”, também “apoiou o governo do estado de São Paulo durante a pandemia covid-19” (São Paulo, 2021, p. 46).

Esse apoio se deu de duas formas: i) pela atuação conjunta com o Comitê Executivo de Combate ao Coronavírus, para realizar levantamento qualificado de exportadores de insumos necessários durante o combate da pandemia do covid-19 no território do ESP, apoiando o setor de compras e importação da Secretaria Estadual de Saúde (São Paulo, 2021, p. 46); e ii) pela atuação conjunta com o Comitê Empresarial Solidário à covid-19, obtendo mais de R\$ 8,2 milhões em doações de máscaras cirúrgicas e equipamentos de proteção individual, por meio de uma parceria do Consulado Geral da República Popular da China, em São Paulo, com a Secretaria Estadual de Relações Internacionais e a InvestSP, mobilizando representações governamentais e privadas das províncias chinesas de Xangai, Cantão, Xunquim, Xantum e Huná (São Paulo, 2021, p. 46).

Trata-se, portanto, de uma paradiplomacia de base fundamentalmente econômica, cuja ação não se opõe à tradicional diplomacia comercial do Itamaraty. No entanto, no contexto da PEB de Bolsonaro, essa ação de cunho econômico, pragmático, ganha um perfil de oposição política.

Mas o ponto alto do choque paradiplomático do ESP com a PEB de Bolsonaro se dá com as negociações entre o Instituto Butantan do ESP e a empresa chinesa Synovac Biotech, visando a compra de insumos e a transferência de *know-how* para produzir vacinas contra a covid-19 em território brasileiro, nesse caso em solo do ESP. Todo esse processo foi realizado de forma direta, sem intermediação do Itamaraty, por qualquer de seus órgãos, fato inédito, inclusive considerando a magnitude da operação (Sousa e Rodrigues, 2021).

Cabe destacar que o governo federal em nada contribuiu para essa exitosa negociação entre o ESP e a China, por meios de suas entidades técnicas, e se não obstaculizou o processo de alguma forma foi pela decisão do STF que respaldava as ações subnacionais dos entes federados no campo sanitário – decisão frequentemente citada por Bolsonaro como o motivo para a inação do governo federal na coordenação do combate à pandemia de covid-19. Além disso, cabe registrar que, em

6. A título de exemplo, o trabalho de Alvarenga *et al.* (2020) analisa choques entre o estado do Maranhão e a União devido ao atravessamento pelo governo federal de respiradores adquiridos pela entidade subnacional. Abrucio *et al.* (2020) também analisam as questões que contrapuseram a União a entidades subnacionais no que diz respeito às políticas para a pandemia.

todo o processo de aquisição de imunizantes chineses contra a covid-19, nenhum entrave impediu a atuação de empresas chinesas no país.

A posição do governador do ESP, João Doria Junior, assumiu um tom de choque frontal ao governo federal, materializado em coletivas de imprensa diárias realizadas no Palácio dos Bandeirantes, reunindo parte do secretariado estadual, com protagonismo para o secretário de Saúde e o diretor do Instituto Butantan, com atualizações diárias e perspectivas da implementação dos protocolos sanitários, e de todo o processo de produção das vacinas em parceria com a China – CoronaVac – e de seu cronograma de execução.

Não há dúvida de que, por via da paradiplomacia, de corte emergencial sanitário, a agenda subnacional sanitária do ESP tornou-se protagonista de uma ação de âmbito nacional em choque com o governo federal (Rodrigues, 2021).

4 PERSPECTIVAS DA PARADIPLOMACIA DO ESP COM A CHINA

Uma das características políticas do ESP no período que se inicia com a redemocratização do país no âmbito estadual (1982) é a prevalência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), então o maior partido de oposição ao regime militar, com os governos de André Franco Montoro (1983-1986), Orestes Quécia (1987-1990) e Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1994). A partir de 1995, com a eleição de Mário Covas, o ESP passa a ser governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), legenda nascida da dissidência de políticos mais à esquerda do PMDB, e que se apresentava como alternativa liberal-social-democrata.

A hegemonia de duas décadas do PSDB, cujo perfil tornou-se neoliberal na sua prática, na gestão paulista, manteve-se por 28 anos ininterruptos (1995-2022). Nesse período, o governo do ESP desenvolveu sua paradiplomacia, sobretudo no campo econômico e comercial, em relativa harmonia e convergência com o governo nacional, incluindo a convivência com os treze anos e alguns meses de governo do PT em nível nacional (2003-2016).

Em 2023, com a vitória de Tarcísio de Freitas, filiado ao Partido Republicanos, lançado e apoiado por Jair Bolsonaro, este filiado ao Partido Liberal (de oposição ao governo federal), o ESP passa a ser governado por uma composição política de direita e ultradireita, à margem dos partidos tradicionais que governaram o estado no pós-redemocratização.

Após a inelegibilidade de Bolsonaro por oito anos, pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE),⁷ o governador Tarcísio de Freitas torna-se potencial pré-candidato à Presidência como polo aglutinador de uma parte da direita e da ultradireita nacionais para as eleições de 2026. Esse cenário político converte o ESP, potencialmente, em plataforma de ação política para uma agenda da direita e da ultradireita nacional, criando um contraponto político e político-eleitoral ao governo federal, que, em 2023, voltou a ser governado pela esquerda.

7. Até a conclusão deste artigo, segue pendente a decisão do STF sobre o recurso de Jair Bolsonaro contra o acórdão do TSE que o tornou inelegível.

4.1 Pragmático versus ideológico

Em agosto de 2021, em pleno conflito do presidente Bolsonaro com as autoridades chinesas e a “demonização da China” pelos bolsonaristas (Azzi, Rodrigues e Sousa, 2020), o então ministro da Infraestrutura de Bolsonaro, Tarcísio de Freitas, destoava do governo em suas declarações sobre a relação com Pequim. Ao ser questionado pelo jornal digital *Poder360* (Barros e Pinto, 2021) a respeito dos investimentos chineses no Brasil, Tarcísio afirmou que “dinheiro não tem carimbo”, completando que todo capital era bem-vindo e que o capital chinês já estava no país.

A moderação de Tarcísio já indicava que ele não era adepto da cartilha ideológica de ultradireita de Bolsonaro, fato que contou a seu favor, inclusive para ser bem-aceito como candidato do campo bolsonarista por parte de setores econômicos e empresariais do ESP. Além disso, a aliança com Gilberto Kassab, presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), notório político pragmático e com bom trânsito em todos os espectros políticos, imprimiu esse mesmo perfil tanto na candidatura de Tarcísio quanto no seu governo – Kassab assumiu em janeiro de 2023 a Secretaria de Relações Institucionais, uma pasta política estratégica.

Logo no início de seu mandato, Tarcísio se encontrou com a cônsul chinesa em São Paulo, Chen Peijie, em fevereiro de 2023, visando aprofundar a cooperação entre o ESP e a China. Segundo o governador,

mais empresas financiadas pela China são bem-vindas para investir em São Paulo, e políticas preferenciais mais competitivas serão estudadas. Estamos dispostos a aprender com a experiência bem-sucedida da China em educação, encorajar os jovens a aprender chinês e explorar mais possibilidades de cooperação, como no campo da segurança pública.⁸

Em junho de 2023, o Consulado Geral da China em São Paulo promoveu o evento “Diálogos para a Cooperação entre São Paulo e China”, no qual a Secretaria de Negócios Internacionais do ESP, junto com outras secretarias e órgãos estaduais, apresentou projetos e ações do ESP para cerca de cinquenta empresas chinesas. Segundo a notícia publicada no *site* da secretaria paulista, “na oportunidade, foi reforçado o compromisso do governo em manter um diálogo constante com o setor privado com foco em crescimento e em melhoria no ambiente de negócios”.⁹

Do ponto de vista concreto, a gestão de Tarcísio de Freitas no governo do ESP não indica choques com o governo federal na relação com a China em seus seis primeiros meses de existência. Porém, isso não significa que haja convergência com o governo federal ou não tenha havido ruídos ideológicos ecoando algumas notas dos enfrentamentos retóricos de Bolsonaro e de seus apoiadores mais radicais em relação à China.

Para exemplificar esse panorama, citamos duas situações. Na missão brasileira à China em abril de 2023 – a maior feita até hoje por um governo brasileiro –, o governador Tarcísio de Freitas não se somou ao grupo de governadores(as) que integraram a comitiva de Lula, cuja agenda tratou de reforçar os laços com Pequim, inclusive como medida de compensação pelos desgastes ocorridos no período de Bolsonaro.

O distanciamento do governo de Tarcísio em ESP desse movimento de Lula se deu não apenas na ausência da missão, mas em crítica desferida por Tarcísio à presença do MST na delegação de

8. Disponível em: <http://www.chinahoje.net/governo-de-sao-paulo-espere-aprofundamento-das-relacoes-com-parceiros-chineses/>.

9. Disponível em: <https://www.negociosinternacionais.sp.gov.br/governo-de-sao-paulo-apresenta-projetos-para-representantes-do-consulado-e-de-empresas-chinesas/>.

Lula. Tarcísio disse: “na minha avaliação, é menos grave a presença de Bolsonaro na Agrishow do que a presença do líder do MST na China” (Augusto, 2023). Essa afirmação se dá no contexto de uma crise envolvendo a participação do governo Lula na Agrishow, a principal feira de agronegócio no país, devido à presença destacada de Bolsonaro como convidado nessa feira – cujo setor se mantém dividido entre o apoio a Bolsonaro e a Lula. Ao se referir ao comparecimento de João Stedile, líder do MST, na delegação à China, Tarcísio se coloca como contraponto à política externa estratégica de Lula com Pequim, que não remete apenas a comércio e investimentos, mas a outros temas e arenas políticas multilaterais.

Quanto à política sanitária de enfrentamento à covid-19, tema que gerou o maior choque entre a paradiplomacia do ESP e o governo de Bolsonaro, os primeiros seis meses de governo de Tarcísio foram convergentes com o governo de Lula e, na aparência, não houve mudança nas relações e na parceria entre o Instituto Butantan e a empresa chinesa Synovac Biotech, bem como na produção e entrega da vacina CoronaVac ao governo federal. Com efeito, em 2023 o Ministério da Saúde avalizou a importância da CoronaVac e a sua eficácia para o enfrentamento da pandemia.¹⁰ Além disso, o Instituto Butantan continuou entregando milhões de doses de CoronaVac para o Plano Nacional de Imunização.

Embora não se possa dizer que o governo de Tarcísio de Freitas tenha entrado em choque com o governo de Lula nos primeiros seis meses dos respectivos mandatos, os discursos de Tarcísio apontam para uma via “solo” da paradiplomacia do ESP, com uma busca por articulações diretas com a China, sem a intermediação federal, visando capitalizar oportunidades econômicas para o ESP e para o governo de Tarcísio.

Contudo, a depender do horizonte das eleições municipais e nacionais no Brasil, nos próximos três anos, e considerando eventual ascensão da ultradireita em governos dos Estados Unidos e em países europeus nos próximos anos, o bolsonarismo pode afetar as ações de Tarcísio no ESP e tornar a paradiplomacia – cooperativa por ora – em elemento de conflito. À diferença da paradiplomacia do governo de Dória, que se escorou no próprio pragmatismo histórico da PEB, se a paradiplomacia de Tarcísio enveredar pelo caminho do conflito com o governo federal, não contará com o mesmo respaldo da tradição diplomática do Itamaraty. De qualquer forma, com a China, parece prevalecer um perfil pragmático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre o Brasil e a China aprofundaram-se a partir do primeiro e do segundo governos do presidente Lula (2003-2010), e avançaram nos governos da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), tanto em nível bilateral quanto no âmbito multilateral. O perfil do comércio e dos investimentos chineses converteram a China em principal parceira comercial do país e em um de seus principais investidores diretos, seguindo tendência de atuação e presença de Pequim na América Latina e Caribe. Além disso, com a criação e evolução do BRICS, Brasil e China passaram a articular-se em torno de uma nova esfera de poder global, convergindo interesses e posições sobre a agenda multilateral ampla.

Nesse cenário de convergência de interesses e posições crescentes entre os governos nacionais dos dois países, a dimensão paradiplomática de governos subnacionais do Brasil também atuou, de forma convergente e cooperativa, até o advento do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), quando

10. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/entenda-vacinas-disponiveis-no-sus-contr-a-covid-19-tem-beneficio-superior-a-qualquer-possivel-risco>.

a PEB sofreu uma guinada radical à ultradireita e entrou em choque frontal com autoridades de diversos países da América Latina, da União Europeia e da China.

Mesmo com governos politicamente em oposição, Brasília e ESP sempre mantiveram convergência na cooperação com a China, fato que mudou com Bolsonaro, quando politicamente o governo do Brasil entrou em embate com a China, por razões predominantemente ideológicas, com pouco (ou nenhum) respaldo em fatos. Nesse período, observa-se, pela primeira vez, a paradiplomacia do ESP em choque com o governo federal, mas com alinhamento de posições com a China, especialmente no que tange às políticas de enfrentamento da pandemia de covid-19. As posições do Palácio dos Bandeirantes se intensificam e se aprofundam no período da pandemia de covid-19, quando o governo de Bolsonaro atua contra a compra e o desenvolvimento de vacinas em parceria com empresas chinesas.

Assumindo a dianteira e o protagonismo nesse campo, o ESP, valendo-se de sua estrutura paradiplomática, incluindo o seu escritório em Xangai, e, por meio do Instituto Butantan, desenvolveu a primeira vacina sino-brasileira, a Coronavac, que se converteu na primeira vacina aplicada no Brasil, à revelia do governo Bolsonaro.

A partir da análise de política externa, e considerando a literatura sobre paradiplomacia e cooperação descentralizada no Brasil, o que se pode afirmar é que a política externa do ESP manteve a convergência com a tradicional e pragmática PEB até o final de 2018. Com a posse de Bolsonaro, em janeiro de 2019, tem início a divergência com o governo paulista, inaugurando um pioneiro choque com a PEB de ultradireita de Bolsonaro.

É interessante observar que, ao contrário do que ocorre em outros casos de paradiplomacia política em conflito com o governo nacional, a do ESP não agiu contra a normalidade da diplomacia do país. Em vez disso, atuou para mantê-la nos cânones regulares, previsíveis e pragmáticos.

Esse período do mandato de Bolsonaro, em que houve o isolamento diplomático do país (Azzi, Rodrigues e Sousa, 2022), criou a possibilidade de a paradiplomacia do estado mais rico da Federação chocar-se com a política externa federal, fato que nunca antes havia ocorrido, ao menos com tal intensidade e magnitude. Nesse sentido, como objeto de análise das relações internacionais bilaterais do Brasil, a paradiplomacia do ESP incorporou, desde então, a dimensão do conflito estado-União, na chave convergência-choque, no universo de relações internacionais federativas (Rodrigues, 2008; 2021) que não indicavam para esse caminho. No caso das relações sino-brasileiras, sua tessitura passou a amparar-se não mais e apenas na relação entre governos nacionais, mas igualmente na relação direta do governo chinês com um parceiro confiável em nível subnacional, o ESP.

Adicionalmente, o problema que emerge desse novo fenômeno é em que medida a paradiplomacia do ESP retornará ao seu leito de convergência ou se, a partir do precedente do choque, se converterá em um novo meio de afirmação ideológica do estado *vis-à-vis* o governo federal. Embora o fenômeno da confrontação de estados e municípios com a União durante a pandemia de covid-19 se aplique a quase todos os estados e municípios no Brasil, o caso de São Paulo tem características próprias e impacto maior, dada a pujante posição econômica e política do estado no país.

Considerando o pragmatismo do governador Tarcísio de Freitas e dos partidos de sua aliança e sustentação política no estado, não há no horizonte visível hipótese plausível de choques da paradiplomacia estadual na relação com a China e o governo federal.

É sabido que o setor industrial, que tende a apoiar o governo de Lula, nutre antipatia pela China. O agronegócio, especialmente o grande produtor rural, por sua vez, é o grande fiador de Bolsonaro e da ultradireita brasileira, embora possua enorme dependência do país oriental. De que maneira esses setores irão atuar como freios e contrapesos em um eventual acirramento de posições do governo Tarcísio, por motivos ideológicos, com o governo federal, é uma questão a ser acompanhada e analisada.

No campo político-eleitoral, há, porém, duas situações que não podem ser ignoradas ou minimizadas e que podem causar tensões e eventuais conflitos, ou até mesmo choques: as eleições municipais e nacionais no Brasil e a eventual ascensão da ultradireita em governos dos Estados Unidos e de países europeus. Em ambas as situações, a base bolsonarista poderá exercer fortes pressões sobre o governo do ESP para elevar o nível de conflito e enfrentamento com a China.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. *et. al.* Combate à covid-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-663.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- AGUIAR, I. A. O desenvolvimento da paradiplomacia no estado de São Paulo e a política externa do governo de Dilma Rousseff. **Conexões Internacionais**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/ci/article/view/13313>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ALVARENGA, A. A. *et. al.* Desafios do Estado brasileiro diante da pandemia pela covid-19: o caso da paradiplomacia maranhense. **Caderno de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Zf3ZbZDvsFWHPVNBXwGQbz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- AUGUSTO, P. Tarcísio: “é menos grave Bolsonaro na Agrishow do que líder do MST na China”. **Moneytimes**, 2 maio 2023. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/tarcisio-menos-grave-bolsonaro-na-agrishow-do-que-lider-do-mst-na-china/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- AZZI, D. A.; RODRIGUES, G. M. A.; SOUSA, A. T. L. M. (Org.). **A política externa de Bolsonaro na pandemia**. São Bernardo do Campo: UFABC/FES, 2020.
- _____. **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022.
- BARROS, R.; PINTO, P. S. “Dinheiro não tem carimbo”, diz Tarcísio de Freitas sobre investimentos da China. **Poder360**, Brasília, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/dinheiro-nao-tem-carimbo-diz-tarcisio-de-freitas-sobre-investimentos-da-china/>.
- BERRINGER, T.; MARINGONI, G.; SHUTTE, G. (Org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: EdUFABC, 2021.
- BIATO JUNIOR, O. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: Funag, 2010.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Comex Vis**. Brasília: MDIC, 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Rio de Janeiro: CEBC, 2021. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

- _____. **Investimentos chineses no Brasil: 2021 – um ano de retomada.** Rio de Janeiro: CEBC, 2022. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2022/08/31/estudo-inedito-investimentos-chineses-no-brasil-2021/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CHEN, Z. Coastal provinces and China's policy making. In: HAO, Y.; SU, L. **China's foreign policy making: societal force and Chinese American policy.** London; New York: Routledge, 2005.
- COUTO, C. Paradiplomacia e o caso do Fundo Amazônia. **Medium** [online], 20 jan. 2020. Disponível em: https://medium.com/@Carolina_Couto/paradiplomacia-e-o-caso-do-fundo-amaz%C3%B4nia-75bdc6ebf017. Acesso em: 24 maio 2021.
- DORIA, J. São Paulo e China, uma história promissora. **Estadão**, São Paulo, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://opinio.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,sao-paulo-e-china-uma-historia-promissora,70002961814>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- LIMA, M. R. S. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 79-95, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/74/a-dialetica-da-politica-externa-de-lula-30>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- MEDEIROS, M. A. ¿Necesita São Paulo una política exterior? Hegemonía, diplomacia y paradiplomacia en Brasil. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 56, p. 163-186, 2010. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/7790/7799>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- MYERS, M.; GALLAGHER, K. **Down but not out: Chinese development finance in LAC, 2017.** Washington: Inter-American Dialogue, 2018. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2018/03/Chinese-Finance-to-LAC-2017-Updated.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica.** Fino Traço: Belo Horizonte, 2012.
- PANZINI, F. **Exportações dos estados brasileiros para a China: cenário atual e perspectivas para diversificação.** Rio de Janeiro: CEBC, 2023. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2023/02/02/lancamento-estudo-inedito-exportacoes-dos-estados-brasileiros-para-a-china-cenario-atual-e-perspectivas-para-diversificacao-07-02-10-h/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- PINTO, R. M. C. Investimento direto estrangeiro chinês e participação chinesa em projetos de infraestrutura no estado de São Paulo, Brasil: uma análise baseada na urbanização planetária e nos circuitos do capital. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 1, jan./dez., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202306>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- RODRIGUES, G. M. A. Relações internacionais federativas no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 1015-1034, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400007. Acesso em: 20 jul. 2021.
- _____. **Paradiplomacia: cidades e estados na cena global.** São Paulo: Desatino, 2021.
- _____. Autonomia pragmática? A nova política externa de Lula. **Análisis Carolina**, Madrid, n. 7, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/autonomia-pragmatica-a-nova-politica-externa-de-lula/>.
- RODRIGUES, G. M. A. *et al.* Brazil and the fight against covid-19: strengthening state and municipal powers. In: STEYTLER, N. (Ed.). **Comparative Federalism and covid-19.** [s.l.]: Routledge, 2021. p. 239-257.
- SANTORO, M. The dragon and the captain: China in the perspective of Brazil's nationalist right. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 258-269, dez. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p258>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- SÃO PAULO. **Decreto nº 57.932**, de 2 de abril de 2012. Institui o Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do governo do estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo: ALSP, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-57932-02.04.2012.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

_____. **Decreto nº 64.189**, de 17 de abril de 2019. Organiza a Secretaria Especial de Relações Internacionais e dá providências correlatas. São Paulo: ALSP, 2019. Disponível em: <https://al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64189-17.04.2019.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

_____. InvestSP. **Relatório anual de atividades 2019**. São Paulo: InvestSP, 2020. Disponível em: https://www.investe.sp.gov.br/uploads/midias/documentos/rel_atividades_2019_isp.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

_____. InvestSP. **Relatório anual de atividades 2020**. São Paulo: InvestSP, 2021. Disponível em: https://www.investe.sp.gov.br/uploads/midias/documentos/2020_relatorio_anual.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

_____. Secretaria de Relações Internacionais. **China**. 31 mar. 2023. 28 p.

SCHUTTE, G. R. **Oásis para o capital**: solo fértil para a corrida de ouro – a dinâmica dos investimentos produtivos chineses no Brasil. São Paulo: Appris, 2020.

SILVA, I. B. **Paradiplomacia contemporânea**: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA. Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2010.

SOUSA, A. T. L. M. **Relações Brasil-China**: interesses, questões e resultados. 2016. 360f. Tese (Doutorado) – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Unesp/Unicamp/PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138117/sousa_atlm_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2023.

_____. O uso do Twitter como ferramenta diplomática pela China: uma análise a partir das relações Brasil-China. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 62, p. 7-21, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.119206>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUSA, A. T. L. M.; ABRÃO, R. A. F.; SANTOS, V. H. Entre a subserviência e o pragmatismo: o Brasil perante o 5G. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 71-92, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52051>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOUSA, A. T. L. M.; RODRIGUES, G. M. A. Conflitos entre governos subnacionais e o governo federal durante a pandemia de covid-19: o estado de São Paulo e o caso da vacina CoronaVac. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 10, n. 19, p. 36-69, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.13335>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUSA, A. T. L. M. *et. al.* Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. *In*: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G.; BERRINGER, T. (Org.). **As bases da política externa bolsonarista**: relações internacionais em um mundo em transformação. Santo André: EdUFABC, 2021. p. 229-250.

TAVARES, R. As relações internacionais do estado de São Paulo. *In*: MARCOVITCH, J.; DALLARI, P. (Org.). **Relações internacionais de âmbito subnacional**: a experiência de estados e municípios no Brasil. São Paulo: IRI/USP, 2014. p. 12-27.

TEIXEIRA, J. O dia em que o presidente comemorou um suicídio. **Época**, [online], 12 nov. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/jeronimo-teixeira/coluna-o-dia-em-que-presidente-comemorou-um-suicidio-24742482>. Acesso em: 6 jan. 2021.

VIGEVANI, T. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 127-139, out. 2006.

WIZIACK, J.; COLETTA, R. China ignora pedidos de Bolsonaro por troca de embaixador no Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/china-ignora-pedidos-de-bolsonaro-por-troca-de-embaixador-no-brasil.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2024.

